

Mulheres do Jequitinhonha: um diálogo entre arqueologia, história e antropologia

Ana Cristina de Sousa¹

Resumo

Este artigo analisa aspectos da contribuição feminina na ocupação do extremo sul da Bahia ao longo dos séculos XIX e XX. Dados procedentes de um salvamento arqueológico, das fontes históricas primárias e secundárias sobre a região e das informações orais obtidas com antigos moradores foram perscrutados no sentido de se apreender os universos sociais a partir das agências individuais e coletivas. A ênfase na atuação feminina permitiu evidenciar as mulheres como importantes agentes sociais no processo de ocupação do vale do Jequitinhonha, identificando as táticas por elas desenvolvidas na negociação de espaços de atuação social. Além de facilitar a identificação da reprodução de estruturas sociais, esse procedimento possibilitou apreender suas adequações e a criação de novas disposições sociais, principalmente através de agências individualizadas, de pequena escala, rotinizadas e potencialmente transformadoras.

Palavras-chave: Gênero, Teoria da Agência, Cotidiano.

¹ Doutora em Ciências Sociais (Área de Concentração em Antropologia/Arqueologia) pela Universidade Federal da Bahia (Financiamento: bolsa CAPES). Professora nas Faculdades Integradas do Extremo Sul da Bahia.

Endereço para correspondência: Caixa Postal 182 – CEP. 45.810.000. Porto Seguro – BA. E-mail: ana_csousa@yahoo.com.br

Abstract

This article focuses on some aspects of female participation in the occupation of southern Bahia state throughout the 19th and 20th centuries. Based on a salvage archaeology project, historical documents and oral history, individual and collective agencies were studied in order to understand particular social settings. Emphasis on female behavior made it possible to understand women as important social agents in the process of colonization of the Jequitinhonha valley, identifying the strategies they developed in the negotiation of spaces for social action. Such approach helped in the identification of social structures, at the same time that revealed social adaptation and the creation of new social behavior, especially through individual, small scale, routinely and potentially transforming social agency

Keywords: Gender, Agency Theory, Daily life.

Introdução

Este artigo tem por objetivo analisar aspectos da ocupação do extremo sul da Bahia relacionados à formação e desenvolvimento de dois povoados que foram objeto de intervenção arqueológica para a implantação da Usina Hidrelétrica de Itapebi, no rio Jequitinhonha - BA, realizada entre setembro de 2001 a fevereiro de 2002². O viés analítico selecionado para esta apreciação foi o da participação feminina na composição dos núcleos rurais que se formaram neste espaço-fronteira, representado pelo vale baiano do Jequitinhonha no decorrer dos séculos XIX e XX, em meio a uma sociedade patriarcal, conservadora e violenta, típica deste contexto.

O principal desafio encontrado foi o de construir uma análise que contemplasse os dados provenientes de diferentes fontes e procedimentos de intervenção, que envolveram a pesquisa arqueológica, histórica e antropológica, numa busca pela superação dos limites, invariavelmente recorrentes, de um trabalho de salvamento arqueológico desta natureza. A tessitura desta rede de informações permitiu produzir um conhecimento que transita por estas áreas disciplinares, numa perspectiva dialógica e complementar.

O artigo está estruturado no sentido de, inicialmente, apresentar algumas questões relacionadas à Teoria da Agência que subsidiaram a identificação e análise dos diversos agentes sociais envolvidos na dinâmica ocupacional da região, permitindo perscrutar o diálogo estabelecido entre espaço e agentes, bem como algumas táticas geradas como alternativas à reprodução das estruturas sociais. Em seguida, uma análise de gênero é aprofundada a partir da atuação específica de mulheres, individual ou coletivamente, como representantes de classes com identidades próprias. Tais inferências são subsidiadas pela análise conjunta dos vestígios arqueológicos, documentos históricos e informações orais obtidas com antigos moradores. Cabe frisar que a intervenção arqueológica foi, em grande medida, concomitante aos levantamentos históricos e antropológicos, o que permitiu o entrecruzamento de informações durante o processo de salvamento, favorecendo o encaminhamento das três frentes de trabalho. Uma apreciação final, mas não conclusiva, é apresentada como forma de entender a relevância da atuação dessas mulheres na conformação de um modo de vida ribeirinho ao longo do Jequitinhonha, no decorrer dos séculos XIX e XX.

² *Salvamento Arqueológico da Área de Inundação da Usina Hidrelétrica de Itapebi*, realizado pelo Núcleo Avançado de Pesquisas Arqueológicas de Porto Seguro (NAPAS), vinculado à UFBA, sob coordenação da autora e que resultou numa tese de doutorado (Sousa, 2006).

Teoria da agência e a formação das paisagens culturais

Esta análise tem por enfoque privilegiado a consideração das mulheres como agentes sociais dinamizadores da estrutura social e espacial dos povoados ribeirinhos de Cachoeirinha e Massaranduba, município de Itapebi – BA. Para tanto, parte-se do pressuposto de que através das intencionalidades individuais (Hodder, 2000) ou de grupos (Dobres & Robb, 2000) pode-se analisar o surgimento e estruturação de núcleos populacionais por intermédio da iniciativa de agentes particulares, e não apenas da iniciativa oficial do Estado e/ou da Igreja, optando-se por uma abordagem que enfatize a construção da diferença, a variabilidade no sentido das possibilidades da agência individual e/ou coletiva. Focar o olhar na atuação feminina significa, como sugere Spencer-Wood (1996: 408), evidenciar as mulheres como importantes agentes sociais no processo de ocupação do vale e identificar as astúcias por elas desenvolvidas na negociação de espaços de atuação social. Para tanto, a abordagem da perspectiva feminina na produção do espaço exige atenção ao cotidiano, ao micro-social e aos grupos sociais marginalizados, uma vez que este se trata de um “espaço complexo, composto por múltiplos processos diferentes e simultâneos”. Significa perceber no território suas diferenciações internas e que mesmo no território conquistado pela força masculina existe o espaço do outro, o feminino, onde táticas são acionadas para pressionar a ordem estabelecida (Silva, 2003:33-40).

O surgimento destas comunidades vizinhas – apenas separadas pelas águas do rio Jequitinhonha – está vinculado ao processo de expansão da fronteira agrícola em direção ao extremo sul da Bahia, deflagrado a partir do século XIX, quando atuaram como peças fundamentais na rede de relações sociais e econômicas

da região.

O Povoado de Cachoeirinha, localizado à margem direita do rio, teve sua origem associada à criação do Quartel dos Arcos, em 1813, um dos principais entrepostos comerciais do Jequitinhonha, que viabilizou o comércio entre o litoral baiano e o interior mineiro durante todo o século XIX e a primeira metade do XX. O povoado de Massaranduba, por sua vez, foi formado no início do século XX e relaciona-se à consolidação do processo de ocupação agrícola da região, quando esta passou a se destacar como produtora de cacau. É um exemplo de comunidade estruturada no interior de uma propriedade rural particular, como inúmeras outras que surgiram com a atividade cacaeira. Atualmente, ambos encontram-se submersos pelo lago da barragem da Hidrelétrica de Itapebi.

As intencionalidades e incertezas do dia a dia no Jequitinhonha parecem ter levado as agências individuais e coletivas a um processo de aglomeração e ordenação urbana não formalizado, em termos de iniciativa institucional, mas que propiciou a fixação humana na região e a inserção das comunidades rurais em uma dinâmica mais ampla de relações sociais e econômicas. Em contrapartida, este recurso parece ter contribuído, de forma decisiva, para a constituição e consolidação de uma máquina administrativa colonial, imperial e republicana, mesmo na ausência parcial ou total do Estado e da Igreja.

Cabe perceber que a constituição de inúmeros povoados e vilas interioranas não foi apenas resposta a uma necessidade social, o produto de um processo sócio-econômico específico, mas resultou em uma interferência na forma como as pessoas passaram a interagir, tendo que se adequar a um novo contexto social e às regras dele advindas (Souza, 2005). Ao interagirem de forma integral (como moradores) ou parcial (como integrantes temporários – ex. viajantes, canoeiros, etc.), em um ambiente meio

rural e meio urbano, os agentes sociais passaram a comungar de uma estrutura específica que requereria um agir social mais complexo, algo que se assemelhasse a um *habitus* urbano, um viver em sociedade, embora sem, necessariamente, a objetivação das estruturas sociais típicas de um contexto urbano minimamente estável, como sugere Bourdieu (1997; 2004). Exemplo claro de como as interferências materiais agem no campo social (Wobst, 2000:47-48), o que implica numa conceituação mais ativa para os artefatos – para a cultura material – ao alterarem significativamente a habilidade das pessoas interferirem umas nas outras e com o mundo externo. O movimento dialético entre transformação social e espacial traduz a própria essência da dinâmica social, clivada pela reprodução de normas e pela inovação decorrente das subjetividades dos agentes em interação, o que, conforme Santos (1988:17), assim se expressa:

o movimento do espaço, isto é, sua transformação, constitui, na realidade, uma modalidade de transformação de uma multiplicidade, quer dizer, da sociedade global, objeto real mas abstrato, em objetos concretos, fruto de sua própria determinação.

Ao contrário do que geralmente se observa no nascimento espontâneo, no sentido de não planejado, de núcleos populacionais – nos quais a atração de pessoas se faz de forma natural e gradativa, em função de necessidades de subsistência –, os dois contextos em análise apresentam indícios de processos mais acelerados de formação. Isto implicou num maior dinamismo na constituição de estruturas relacionais e de ordenação social. Em intervalos de tempo relativamente curtos, um número significativo de pessoas passou a viver em comunidade, nos povoados, muitas das quais acostumadas à vida rural e, conseqüentemente, sem experiência com o convívio social mais intenso; outras, por sua vez, mantiveram-se deliberadamente avessas às leis que regiam essa con-

vivência. Independentemente do contexto, o fato é que processos de geração de novas estruturas sociais estavam em jogo e era preciso se adequar às novas realidades.

A análise dos dados concernentes aos dois povoados ribeirinhos permitiu constatar a atuação de indivíduos que, mesmo motivados por interesses pessoais, foram determinantes para o desenvolvimento das dinâmicas sociais locais e regionais. Embora vizinhos e fronteiriços, tais espaços sociais foram gerados e estruturados de forma distinta.

Consideremos o povoado de Cachoeirinha. Em um primeiro momento, a atuação das autoridades formalmente constituídas na tentativa, frustrada, de instituir um ambiente de ordem e civilidade – com as reiteradas implantações de destacamentos militares – se deparou com os condicionantes naturais desencadeados pelo afluxo de um número expressivo de pessoas, muitas das quais sem interesse no estabelecimento do domínio da legalidade. Desordeiros e criminosos se apropriaram daquele espaço, hostilizando a população e os transeuntes, promovendo, em muitas ocasiões, um contexto de caos social. Gradativamente, por sua vez, o poder local foi passando para as mãos de proeminentes proprietários rurais e comerciantes, que conciliando o poder político ao econômico, conseguiram imprimir uma nova ordenação social à localidade, com destaque para a figura do “coronel” José Francisco de Souza, conhecido por Juca de Vicente, administrador de Cachoeirinha em 1916 e responsável pela mudança de parte da população para a povoação de Pedra Branca após os incidentes naturais ocorridos, enchentes e queda de pedras da Serra de São Bruno sobre o povoado.

Já no que concerne ao povoado de Massaranduba, nos deparamos com um outro processo de constituição de um núcleo populacional, deflagrado, ao que tudo indica, por Aprígio Sabino de Souza,

analfabeto, que resolveu fracionar parte de sua propriedade, com a venda de terrenos, e promover a ocupação da terra, mediante contratos de enfiteuse. Os dados indicam que este processo iniciou na década em que Cachoeirinha passava por sua pior crise em decorrência das enchentes e desabamento de encosta que comprometeram a segurança dos moradores e acabou por fazer com que parte da população fosse deslocada para outras localidades. Grosso modo, Aprígio parece ter estrategicamente atuado como “especulador imobiliário”, pois, em curto lapso de tempo conseguiu formar as bases de um povoado. Sua intenção de transformar a fazenda Massaranduba em um núcleo grande e com intenso comércio foi interrompida por problemas econômicos que fizeram com que seu patrimônio fosse dilapidado. Com a venda gradativa de suas terras, ele acabou contribuindo para a fixação de novos personagens na região, como Carlos Alexandrino Esteves, conhecido como Carrão, que, aos poucos, se apoderou da maior parte de suas terras, inclusive do povoado.

Carrão, sua esposa Joana e herdeiros, além de administrarem outras fazendas e atividades produtivas (plantações de cacauzeiros e de cana-de-açúcar, criação de gado, alambique, etc.), passaram a controlar o processo de apropriação e ocupação do solo no povoado, chegando a abrir estabelecimentos comerciais, como as vendas administradas por Walter e Clemente Soares Esteves, filhos do casal. Ao que parece, a aquisição da fazenda de Massaranduba pelos novos proprietários, mesmo que tenha tido como principal interesse a ampliação da área para a atividade da cacauicultura, encontrou, a princípio, na exploração do povoado outra fonte de recursos.

Com o tempo, entretanto, a proximidade entre o núcleo populacional e as fazendas de Carrão passou a ser um problema de difícil administração. Como muitos moradores não estavam compro-

metidos com as atividades agrícolas dos Esteves, pois desempenhavam outras funções, passaram a ocorrer invasões periódicas às suas propriedades para saques de plantações e criações. Tal situação motivou Carrão a repensar a dinâmica de constituição do povoado, estimulando um gradativo processo de privatização daquele espaço. Aos poucos Massaranduba foi deixando de ser um espaço aberto para ocupação, mediante a restrição de novas iniciativas de expansão, redução das habitações existentes, gradual compra de imóveis pela família e demolição de algumas construções, passando a ser, em grande medida, um refúgio familiar, compartilhado com amigos, protegidos e compadres, em sua maior parte.

O processo de desenvolvimento dessas comunidades ao longo do vale do Jequitinhonha, por sua vez, deve ser apreendido a partir da consideração de algumas variáveis de análise, entre as quais ressaltamos a questão da ocupação de frentes pioneiras, a violência e a atuação específica de algumas categorias e/ou agentes sociais na constituição das paisagens rurais e urbanas, com destaque para a concentração de poder nas mãos de alguns indivíduos e as astúcias criadas pelas mulheres para inserção em espaços sociais e produtivos eminentemente controlados pelos homens. Este artigo, como já considerado, tem como centro de inferência principal este último aspecto, a atuação dessas mulheres e os remanescentes materiais de suas atividades.

Proprietárias rurais e lavradoras

Inúmeros documentos oficiais emitidos pelos juizes, membros das câmaras de vereadores das vilas e cidades da região, com destaque para Belmonte e Itapebi, ao longo do século XIX e início do XX, demonstram a atuação de mulheres em atividades diversas na região,

muitas das quais respondendo legalmente pela propriedade ou aluguel de terras, imóveis, além da prestação de serviços relativos à atividade agrícola.

Para o ano de 1868 há registro de mulheres proprietárias de terras em diversas áreas próximas aos rios Jequitinhonha e Pardo, bem como junto aos riachos da Salsa e Poaçu, como atesta o ofício do Escrivão do Juiz Comissário de Canavieiras, José Cláudio de Queirós, que relaciona “posseiros e sesmeiros que desejam legitimar suas posses e sesmarias”, no Termo de Canavieiras³. Embora em número reduzido, comparativamente aos homens, elas contribuíam para efetivar o processo de ocupação da região, em meio a outros lavradores, assim como capitães, majores e tenentes coronéis, comumente relacionados: riacho da Salsa – dos quarenta e cinco posseiros e/ou sesmeiros, quatro são mulheres; riacho Poaçu – dos vinte e três, três são mulheres; no rio Jequitinhonha – dos setenta e três, cinco são mulheres; rio Pardo – dos oitenta e cinco, oito são mulheres; diversas localidades – dos quarenta e um, quatro são mulheres.

Muitos registros compulsados referem-se a transações comerciais de imóveis, majoritariamente feitas por homens. Entretanto, nelas constam nomes de mulheres que passaram a responder, juridicamente, pelo patrimônio da família em função do falecimento do cônjuge. Nesses casos, era comum o registro do estado civil de viúva, em-

bora essa identificação não tenha sido uma regra. Assim, não obstante reconheçamos o risco de arrolar viúvas não identificadas, fizemos um levantamento de mulheres que aparecem como proprietárias de imóveis, algumas relacionadas como lavradoras e até mesmo comerciantes⁴. O interesse em procurar por registros de não viúvas foi uma tentativa de avaliar a presença mais autônoma de mulheres em algumas atividades, sem desconhecermos que o fato de estarem administrando propriedades herdadas de pais ou esposos não as desqualifica como tal, a exemplo de Joana Esteves.

Para Cachoeirinha há registro de uma proprietária de terras em 1857, enquanto duas outras aparecem como proprietárias de casas entre 1879 e 1883. Uma incidência maior é observada entre os anos finais do século XIX e as duas primeiras décadas do XX, quando quatro outras são registradas como proprietárias de terras e quatro de casas em Cachoeirinha e Pedra Branca, arraial próximo à Cachoeirinha. Um registro interessante é o de Catharina Maria de Jesus que, em 1912, surge como proprietária de uma casa de negócios em Pedra Branca, o que atesta a sua atuação direta na rede de relações comerciais do vale do Jequitinhonha.

Vale destacar a referência à propriedade de Anna de Souza Araújo, inserida nos Registros Eclesiásticos de Terras⁵, de 1857, uma vez que pode corresponder ao local aonde mais tarde viria a ser implantada a fazenda de Massaranduba.

³ José Cláudio de Queirós, Escrivão do Juiz Comissário; Ofício enviado Presidente da Província, Conselheiro Barão de S. Lourenço, em 02/12/1868: Seção Colonial e Provincial; Guia do Império – 1ª Parte; Juizes de Canavieiras; Maço 2320 (1866 – 1875).

⁴ Livro de Registro de Escrituras Públicas do Tabelionato de Notas de Belmonte (n. 3). Registros Eclesiásticos de Terras. Belmonte (N. S. Carmo), 1857/1858. Seção Colonial e Provincial, Guia do Império, 2ª parte (maço 4663). Livro Talonário de Registro de Alvarás e Licenças Comerciais. Datas-limites: 1912 a 1916. Documentos relativos à heranças. Datas-limites: 1882 a 1885. Cartório de Feitos Cíveis. Registro das Declarações das Sesmarias e Posses (1898-1899). Registro de Posses de Terras n. 3 (Declarações e Documentos) (1919-1925). Registro das Escrituras Públicas e Particulares de Compra e Venda de Imóveis. Livro n.3: Registro dos Atos do Notariado (Julho de 1916 a Setembro de 1919). Livro de Registro de Portarias da Intendência Municipal de Belmonte. Datas-limites: 1921-1922.

Trata-se do registro mais antigo que faz referência a uma mulher proprietária de terras, sendo ainda descrita como casada e não como viúva, o que demonstra que, efetivamente, era ela a responsável pela propriedade.

Concernem, também, a Massaranduba as indicações encontradas de nove lotes de terras aforados por mulheres, bem como de uma casa alugada, em nome de Iraíldes, durante o período de 1924-1937. Informações, repassadas por Nair Pereira Soares, Dona Nini, esposa de Walter Alexandrino Esteves e filha de Oscar Pereira, indicam que muitas dessas mulheres eram casadas, mas como seus maridos trabalhavam nas lavouras e passavam pouco tempo no povoado, era comum que elas assumissem a responsabilidade de administrar a casa, incumbindo-se de efetuar os pagamentos dos foros, cujos recibos eram emitidos em seus nomes. Outras, entretanto, residiam sozinhas, como a professora Iraíldes e a Senhorinha Januário.

Como considerado anteriormente, Massaranduba foi terra da viúva de Carlos Alexandrino Esteves, Joana Ramalho Esteves, que, além de administrar outras fazendas (um complexo que incluía as propriedades de Palmeiras, Cutilada, Pau Brasil, Cipó, Guaribas, Laranjeiras, Itamarati, Recreio e Altamira) e a produção cacaueteira, cuidava, pessoalmente, da contabilidade do povoado no que se referem aos recebimentos dos foros anuais dos moradores⁶, produzindo, ainda, arduamente, em casa, pães, biscoitos, roscas e broas para serem comercializados na venda de Oscar Pereira e, posteriormente, na de Otávio Miranda. Esta mineira de Araçuaí, raptada por Carrão, de pequena estatura, cabelos pretos e

olhos azuis, parcialmente alfabetizada, era uma senhora muito pacífica e de poucas palavras. De muita fibra e determinação, faleceu em Itapebi, na década de 60 do século XX, após passar cerca de dez anos acamada, em virtude de quedas que comprometeram sua locomoção.

Não obstante o auxílio de seus filhos na administração dos bens após a morte do marido, Joana permaneceu respondendo, como pessoa física, por seu patrimônio, como atestam os inúmeros extratos de contas correntes e comprovantes de transações comerciais emitidos em seu nome – envolvendo as empresas Wildberger & Cia; Rapold, Manz & Cia e a Cooperativa de Cacaucultores Bahianos, Resp. Ltda e o Instituto de Cacau da Bahia –, particularmente relacionados à venda de cacau. A sua participação direta nos negócios é ainda atestada pelas transações financeiras que dependiam de sua atuação e/ou chancela. Inúmeros outros documentos, como bilhetes e recibos diversos, atestam que Joana, em 1957, se tratava com o Dr. Edgard Rocha, especializado em “doenças internas e tropicais – sífilis – doenças das senhoras e partos”. Era freguesa da Casa O Combate, de seu genro e compadre Otávio Miranda, com o qual mantinha relações respeitadas e afetuosas, bem como com seu neto e afilhado Eraldo, como demonstra bilhete redigido em um cartão da casa comercial.

Como líder da família, Joana recebia, previamente, do Pe. João Clímaco, as informações dos dias de visita do pároco à localidade para celebrações e serviços religiosos. Seu fervor religioso talvez possa ser atestado pelos livretos de orações e orientações para encaminhamento

⁵ *Registros Eclesiásticos de Terras*, APEB - Maço 4663, n. 31, folha 29, N. S. Carmo do Belmonte.

⁶ As informações a respeito de Joana Ramalho Esteves são procedentes de um baú encontrado no sítio arqueológico de Povoado de Massaranduba, localizado em uma das poucas construções restantes. Nele continha farta documentação primária (bilhetes, cadernetas de compras, notas fiscais, recibos, dentre outros) esclarecedora quanto a alguns aspectos do processo de formação e das relações sócio-econômicas do povoado que veio a se tornar Massaranduba na primeira metade do século XX.

de novenas encontrados entre diversos outros papeis, no baú. Se tais vestígios a ela pertenciam é difícil precisar, mas encontravam-se junto a outros a ela diretamente relacionados.

Cadernetas de compras em nome de algumas mulheres, além de Joana, igualmente recuperadas no baú, registram suas atividades diárias, envolvidas diretamente com a preparação de alimentos, manutenção das residências e atividades diversas. Além de possibilitar uma visão mais detalhada do cotidiano destas comunidades, tais registros possibilitam uma noção clara dos produtos comercializados nas vendas e armazéns locais, responsáveis por prover as comunidades ribeirinhas com toda sorte de produtos: alimentícios, tecnológicos, remédios, vestimentas, toucador, papelaria, dentre outros.

Lucinda Maria Caciana, que aparece alugando um lote em Massaranduba, em 1933, é outra personagem que merece destaque, por ser identificada por Dona Nini como filha de Aprígio Sabino de Souza, antigo proprietário de Massaranduba. Uma filha de Lucinda, conhecida como Dona Santinha, é lembrada com carinho pelos moradores mais antigos de Massaranduba, descendentes da família Esteves. Tratava-se de uma senhora frágil e desencantada com a vida após o falecimento de seus entes mais próximos e que, desde então, se refugiava na capela, saindo apenas mediante a interferência de amigos.

Foi também neste povoado que uma integrante da família Esteves resistiu, ao máximo, à mudança para outra localidade, em função dos procedimentos de desapropriação de terras para a construção da barragem a partir da década de 1970. Dona Carmelina (Lôra), esposa de Sabino Soares Esteves, e seu filho José Rodrigues Soares Esteves, conhecido por

Zé Puba, foram os últimos da família a abandonar Massaranduba, motivados por interesses econômicos, face à desapropriação das terras pelo governo.

O exame analítico de algumas escrituras públicas de contratos agrícolas⁷ tornou possível constatar a participação feminina no árduo trabalho da lavoura, como no plantio e colheita do cacau e outras culturas. Embora haja registro de que algumas viúvas, acompanhadas de seus filhos, estabelecessem acordos para a realização de serviços diversos, muito provavelmente dando continuidade a uma prática familiar, o mesmo era feito por outras mulheres, sem que se tenha indicação de seus estados civis.

Oleiras

Além da lavoura, a atividade ceramista foi um outro ramo de produção que teve na presença feminina uma participação marcante. Conquanto a produção de telhas e tijolos, tradicionalmente, tenha sido desenvolvida por homens, a fabricação de vasilhames utilitários como potes, gamelas e panelas sempre teve na mulher o principal agente de produção em praticamente todo o território brasileiro. Segundo Pereira (1957:25):

... não nos esqueçamos de que numa continuação do velho costume da sociedade indígena, a confecção de louça-de-barro em qualquer centro sertanejo do Brasil, é uma atividade caracteristicamente feminina e quando não o seja, a mulher nela se entrosava de alguma forma.

Essa participação da mulher nos trabalhos de cerâmica também pode ser observada em alguns centros artesanais do litoral, o que igualmente era e é peculiar a algumas das velhas comunidades portuguesas.

O autor (Pereira, 1957:26-28), que pesquisou na primeira metade do século XX, comenta sobre o fato de que as cerâmicas utilitárias freqüentavam

⁷ Escrituras Públicas de Contratos Agrícolas – Entrega de Plantação. Livros n. 2, 3, e 4 de Registro de Notas e Atos do Tabelião. Cartório do Juiz de Paz do Distrito de Cachoeirinha. Datas – limite: 1913 a 1920.

as copas e cozinhas dos grandes solares urbanos até bem pouco tempo – sem que houvesse desaparecido de todo – e pela mesa das grandes propriedades rurais que a fabricavam para consumo imediato.

A Bahia, desde meados do século XIX, contava com número regular de manufaturas, exportando a produção, inclusive, para a cidade do Rio de Janeiro, e competindo com a produzida em outras províncias, como Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul.

A intervenção arqueológica ao longo do vale permitiu-nos surpreender um pouco deste universo de produção cerâmica na região. Em alguns sítios, como a Fazenda Marimbondo, grandes fornos foram evidenciados, demonstrando uma produção em maior escala de determinados produtos, provavelmente telhas e tijolos. O número expressivo de fornos para produção de cerâmica doméstica identificado em quase todos os sítios arqueológicos pesquisados à margem do Jequitinhonha, associado às informações orais sobre a presença de oleiras, inclusive em Massaranduba e Cachoeirinha, requer alusão à importância da produção regional nas redes comerciais que se estabeleceram pela via fluvial. As informações orais para o povoado de Cachoeirinha registram a presença de ceramistas como Dona Ambrósia, Dona Ciana e Dona Bió para a primeira metade do século XX, cujos vestígios dos fornos foram localizados durante as escavações arqueológicas. A atividade oleira era muito intensa na região, envolvendo muitas mulheres. Além das ceramistas identificadas, os antigos moradores de Cachoeirinha se recordam que muitas prostitutas, a exemplo de Maria Vermelha, se dedicavam a esta produção, graças ao que, por semana, chegavam a sair quatro canoas cheias de produtos diversos (panelas, potes, talhas, etc.) para serem comercializados em outras localidades, além dos que eram vendidos no próprio povoado e em Massaranduba.

No acervo de vasilhames cerâmicos evidenciado nos dois sítios destaca-se o fato de que foram as principais peças recuperadas nos contextos mais humildes, o que denota a importância da produção das oleiras do vale do Jequitinhonha para a composição do repertório material doméstico dos setores sociais de menor poder aquisitivo. Esta hipótese, por sua vez, não descarta o fato desse tipo de peça ter, igualmente, estado presente nas residências daqueles de maior status sócio-econômico. Não só esta presença foi constatada no sítio em questão, como em praticamente quase todos os contextos brasileiros, e mesmo internacionais, nos quais as peças cerâmicas atuam como categorias utilitárias vinculadas diretamente às atividades de transformação e preparação dos alimentos (Yentsh, 1991; Lima, 1995; Souza, 1998).

Professoras

No que se refere aos núcleos de povoação, os primeiros registros de atuação pública de mulheres na região, referem-se à atividade no magistério. Para Cachoeirinha foi identificada a presença de uma professora no ano de 1906, Maria Amélia Tabirá Esteves⁸. Uma segunda, Archanja do Nascimento Magalhães, foi nomeada para o cargo em 1917, como se observa no livro de registro das nomeações para funções públicas nas localidades de Pedra Branca e Cachoeirinha, para o período entre 1887 e 1924. Em meio aos tenentes, capitães e coronéis arrolados para diversos cargos administrativos, constam os nomes de cinco professoras e de apenas dois professores, entre os anos de 1914-1924, sendo que apenas Archanja estava lotada como professora interina de Cachoeirinha, em 1917, estando os demais nomeados para Pedra Branca.

Foi apenas na segunda metade do século XIX, mais especificamente a partir de 1835, com a criação das Escolas

⁸ Livro de Registro de Portarias da Intendência Municipal de Belmonte (n.3).

Normais, que a profissão de professor, até então predominantemente masculina,

tornar-se-ia prioritariamente feminina, sendo que a formação profissional possibilitada por essas escolas teria papel fundamental na luta das mulheres pelo acesso a um trabalho digno e remunerado (Villela, 2003:119-121).

A partir do final do século XIX, com a expansão quantitativa do campo educacional, observou-se um profundo e contínuo processo de desvalorização do magistério, o que contribuiu para o deslocamento de homens para outras profissões, ampliando as possibilidades de inserção feminina nesta área. A falta de profissionais qualificados para atender a demanda das escolas públicas, que passaram a funcionar em todo o país, fez com que em regiões interioranas e pouco desenvolvidas fosse comum que professores(as) leigos(as) ministrassem aulas, embora não tenhamos informações se este era o caso na região sob estudo.

Em Cachoeirinha existia uma escola, de uma única sala, funcionando no primeiro andar de uma construção que também abrigava o posto policial, no térreo. Com a intervenção arqueológica foi possível delimitar o perímetro desta construção, considerando-se que os alicerces e piso do térreo mantiveram-se com relativa integridade, entretanto, nenhum outro vestígio específico a ela relacionado foi identificado. Segundo Regina Miranda, filha de Otávio Miranda, como só funcionavam as séries fundamentais no povoado, era comum que aqueles que tivessem interesse e condição econômico-social, para prosseguir os estudos, se deslocassem para outras localidades. Este foi o caso de sua família: sua mãe, ela e irmãos mudaram-se para Pedra Branca, entre outros motivos, para dar continuidade aos estudos. Apenas Otávio Miranda continuou residindo em Cachoeirinha, tomando conta dos negócios.

Sabemos que em Pedra Branca as aulas de meninos e meninas eram em espaços separados, posto existir uma casa especificamente alugada à Honorina de Sant'Anna, pela Intendência de Belmonte, onde funcionava a escola do sexo masculino. Segundo o Intendente, as despesas eram pagas pela verba "Locação e Material para as Escolas dos Subúrbios"⁹. Aurélia Pereira Mendes, esposa de Hermetério Cordeiro Mendes, o Tubinga, que morava em fazenda próxima a Cachoeirinha, atuava como professora em Pedra Branca, em 1914. Outras professoras, em Cachoeirinha, foram lembradas pelos informantes da pesquisa, como Raimunda, que lecionou na década de 50, e Biá Lamarca. Em Massaranduba, além de Iraildes, lecionaram Aurelina Tomasina, Eulina Suzar, Nilma e Joana, as três últimas conduzidas, para o povoado, por Walter Soares Esteves.

A trajetória de Iraildes, professora formada em Salvador e que foi para a região para lecionar em Cachoeirinha, apresenta-se com mais detalhes ao se analisar os registros documentais localizados no baú e os depoimentos de antigos moradores. Sabe-se que, intimidada pela violência em Cachoeirinha, esta professora teria solicitado a Carrão uma autorização para residir em Massaranduba, onde passaria a ministrar aulas e alugar casa em seu próprio nome na década de 1930.

Outras mulheres do vale e suas atividades

Além do registro de que Catharina Maria de Jesus, em 1912, aparece respondendo oficialmente por uma casa de negócios em Pedra Branca, inúmeras referências orais atestam a atuação de mulheres em diversas atividades na primeira metade do século XX nas localidades da região. Além de Joana Esteves –

⁹ Portaria n. 558, de 22 de dezembro de 1921. Livro de Registro de Portarias da Intendência Municipal de Belmonte. Datas-limites: 1921-1922.

que produzia quitutes para comercialização em vendas locais –, há relatos de que outras mulheres trabalhavam na prestação de serviços variados à comunidade, seja na produção de comestíveis e licores para os estabelecimentos comerciais, como também na execução de serviços domésticos, como lavadeiras e passadeiras. Dona Geraldina, por exemplo, chegou a abrir sua casa para fornecer almoço e jantar para moradores e viajantes que transitavam por Cachoeirinha. Outro interessante relato oral nos reporta à figura de uma mulher, reconhecida pelos informantes como Senhorinha Januário, “a Cativa” ou, ainda, Senhorinha Preta, residente em Massaranduba e que era muito requisitada na região por ser rezadeira e uma experiente parteira, além de ter auxiliado muitas donas de casa a cuidar dos filhos, como foi o caso de Dona Nini, que a ela se refere com muito carinho e reconhecimento pelo auxílio prestado.

O registro arqueológico permitiu-nos a identificação de um contexto de deposição material que nos reportou a um outro aspecto interessante dessas comunidades: garrafas de vidro empilhadas junto ao alicerce de uma construção mista (casa e venda) em Cachoeirinha, que na primeira metade do século XX pertenceu a João Lamarca¹⁰, então um próspero comerciante da região. Uma entrevista realizada com a esposa deste comerciante possibilitou identificar o motivo de tal ocorrência. Edivaldete Souza Lamarca, Dona Didi, esposa do comerciante, nascida em Pedra Branca em 1927, foi entrevistada em março de 2002, com 75 anos de idade, em um bairro periférico de Itapebi, onde residia em um humilde casebre de madeira, em péssimas condições de conservação. Ainda muito jovem casou-se e foi morar em Cachoeirinha, onde seu esposo tinha um

estabelecimento comercial. Ela dizia não se lembrar muito da vida social naquela comunidade por passar o tempo trabalhando, fazendo doces, bolos e licores de jurubeba e jenipapo para serem comercializados na mercearia, juntamente com uma variedade de produtos e gêneros alimentícios, como farinha, feijão e arroz, entre outros. A produção de licores envolvia o reaproveitamento de garrafas de vidro que ela armazenava em casa e que foram evidenciadas com a intervenção arqueológica junto aos alicerces da construção. Segundo Dona Didi, esses vasilhames estavam estocados para novo uso, quando uma enchente de grandes proporções obrigou a sua família a abandonar o povoado.

Independente da produção de licores, tais vasilhames eram comumente reutilizados para engarrafamento de cachaça. Depoimentos apontam para a existência de alambiques em diversas fazendas da região, como em Palmeiras e, mesmo, Massaranduba, cuja produção era comercializada em Cachoeirinha. A cachaça era vendida em galões de 5 litros para os estabelecimentos comerciais, que por sua conta as transferiam para as garrafas de 1 litro que armazenavam em seus estoques, o que indica um intenso reaproveitamento desses vasilhames.

A presença feminina na paisagem do vale instigou, por parte dos agentes envolvidos nesse contexto, comportamentos diversos a depender do grau de consideração e respeito que lhe era destinado. Enquanto, nas primeiras décadas do século XX, havia em Massaranduba uma rua denominada das Flores em alusão à pureza das mulheres jovens e/ou solteiras das famílias Pereira e Esteves que nela residiam, como uma forma simbólica de valorização do recato feminino, não muito distante, residia um fazendeiro, Antônio Gomes, que se utiliza-

¹⁰ João Lamarca e seu irmão Bruno Lamarca (atualmente residente em Itapebi, tendo contribuído com informações relevantes sobre Cachoeirinha) eram filhos de Giuseppe Lamarca, imigrante italiano que, assim como a família italiana dos Magnavita, foi um dos precursores na exploração agrícola e comercial do vale do Jequitinhonha, no início do século XX.

va do pretexto de respeito à sua esposa e filhas para reforçar as relações autoritárias em que assentava o seu poder. Por suas terras ficarem à margem do Jequitinhonha, próximas aos povoados, obrigava aos canoieiros que trafegavam pelo rio a vestir um camisão, evitando assim que transitassem em trajes pouco adequados à vista de seus familiares. Os que insistiam em andar de tronco nu transformavam-se em alvos para seus tiros. Desta arbitrariedade de um dos vários coronéis da região é que surgiu o costume de se adicionar a alcunha de Camisão aos nomes dos canoieiros. Antônio Gomes era ainda reconhecido pela exploração das pessoas que contratava para desempenhar atividades esporádicas em suas terras, sendo comum a humilhação dos trabalhadores na hora do pagamento pelo serviço prestado, quando colocava o dinheiro no cano de sua arma e obrigava o trabalhador pegá-lo.

Num outro extremo de comportamento adotado para com as mulheres da região, cumpre destacar que a violência era um ingrediente presente nas relações entre gêneros. Não desconsiderando a violência subliminar ou simbólica sob as quais estavam submetidas cotidianamente, a informação de que uma indígena com um filho pequeno tenha sido supliciada por um dos jagunços de Juca de Vicente denota o nível de coerção ao qual as mulheres, e grupos indígenas, estavam sujeitos na região. Chico Lopes, o jagunço em questão, foi responsável por inúmeros massacres de tribos e de colonos que contrariavam os interesses do coronel Juca de Vicente. Ele próprio relatou para Dona Nini alguns dos massacres, como o da índia e seu filho que, ao implorar por misericórdia, levantou o filho e pediu para que ele não ati-

rasse, o que não o comoveu. Bastou uma única bala para por fim às vidas dos dois. O jagunço confessou ainda que, desde aquele dia, não conseguia beber água de olhos abertos, pois nela se refletia a imagem da índia e da criança.

Outros indicativos de violência foram arrolados em documentos do século XIX, como a tentativa de assassinato de Salviana Pinto da Rocha, por Thiago José da Costa, escrivão da Subdelegacia de Cachoeirinha, em 1874¹¹. O incidente teria sido motivado pelo fato da vítima ter recebido em sua casa uma amante do escrivão. A prisão do acusado resultou numa crise que exigiu a intervenção das autoridades de Canavieiras, uma vez que o conflito gerado entre a Subdelegacia e o Destacamento Policial, que prendeu o escrivão, acarretou um contexto de anomia no povoado, com arbitrariedades e violências generalizadas por parte daqueles que, supostamente, deveriam garantir a ordem.

Prostitutas e concubinas

O povoado de Cachoeirinha, marcado por uma intensa atividade comercial, e conseqüente fluxo de pessoas, viu desenvolver-se em seu logradouro central e mais importante, a rua de Cima, uma área destinada à prostituição, conhecida como trecho da Visgueira, onde nos deparamos com novas personagens desta rica história.

A rua de Cima, localizada na porção noroeste do sítio e apresentando, em toda sua extensão, calçamento de pedras com dimensões e formas variadas, correspondia a um dos acessos à localidade, unindo-se ao caminho que ligava Cachoeirinha à cidade de Salto da Divisa - MG. A maioria das principais constru-

¹¹ Antônio Coutinho de Sousa, Juiz Municipal; Ofícios enviados ao Juiz de Direito da Comarca de Canavieiras, em 06/11/1874 e 18/11/1874, APEB; Seção Colonial e Provincial; Guia do Império - 1ª Parte; Juizes de Canavieiras; Maço 2320 (1866 - 1875). Antônio Soares de Queiroz Azevedo, Promotor Público; Ofício enviado ao Juiz de Direito da Comarca de Canavieiras, em 18/11/1874, APEB; Seção Colonial e Provincial; Guia do Império - 1ª Parte; Juizes de Canavieiras; Maço 2320 (1866 - 1875).

ções por ela se distribuía, como o cemitério, a capela, várias casas comerciais, a praça, a escola, o posto policial e algumas residências de pessoas proeminentes da comunidade – a exemplo de Otávio Miranda, João Lamarca, Olinto Soares Esteves (Paché) e Antônio Delmiro, entre outros. A intervenção arqueológica permitiu localizar vestígios de alicerces destas construções, o calçamento e traçado preciso da rua, além de fragmentos de categorias diversas de objetos materiais, como louça, vidro, metais, dentre outros.

Enquanto sua extremidade ao sul, correspondente a uma das entradas do povoado, dava acesso ao que poderíamos designar “parcela mais religiosa da localidade”, com a presença da capela e cemitério, seu limite oposto correspondia à sua contraparte “profana”, constituída pela área de prostituição. Maria Cuia e Neguinha foram personagens típicas, entre inúmeras outras, que atribuíram àquele trecho da rua o codinome de Visgueira, então relacionado a uma aglomeração de prostíbulos. Maria Cuia administrava uma espécie de bordel, composta por um pequeno salão, um quarto que, separado por cortinas, formava dois ambientes, um dos quais funcionava como local de encontros, e uma cozinha, onde o café e aperitivos eram preparados para atender a freguesia. Neguinha e outras meretrizes existentes naquela área recebiam os clientes em suas próprias casas estabelecidas nesta porção da rua¹².

Segundo os depoimentos, a Visgueira correspondia a um trecho de cerca de 50m de extensão, acolhendo, aproximadamente, quinze mulheres na primeira metade do século XX. Tratava-se da extremidade leste do povoado, a caminho da cascata da Lapinha, onde as prostitutas gostavam de se banhar, nuas, na

“pedra da lagartixa”, momento ansiado pelos meninos e adultos de Massaranduba, que desfrutavam de uma posição privilegiada para admirar o espetáculo, postados da outra margem do rio.

Próximo ao trecho da Visgueira localizava-se o mercado público, principal ponto comercial da localidade e que abrigava os tropeiros responsáveis pelo comércio com Minas Gerais. Segundo os informantes, tratava-se de uma construção elevada em esteios, com varanda e grandes salões. A intervenção arqueológica no seu espaço, entretanto, não levou à identificação de seus vestígios construtivos (muito provavelmente reaproveitados em novas construções), mas, sim, a uma quantidade relativamente expressiva de fragmentos de vasilhames domésticos (amostra composta por 65 peças: 52,3% de louça de mesa; 13,85% de louça de chá e café e 33,85% de peças com forma/função não identificadas - Tipos de pasta: 98,20% de faiança fina e 1,78% de porcelana falsa - Padrões decorativos: *transfer-printing* (azul borrão e outros); pintada à mão (faixas / frisos; / faixas e frisos; *peasant* e *sprig*); moldada + pintada à mão (*shell edge* - azul); moldada; não identificada e não decorada). Da amostra evidenciada no mercado, a diversidade de tipos decorativos, de pastas, de valor econômico das peças e a ausência de conjuntos são condizentes com um contexto comercial, no qual quebras acidentais de mercadorias sendo transportadas e/ou comercializadas são comuns. A natureza destes vestígios, muitos dos quais típicos do século XIX, permite que tenhamos uma noção do intenso e diversificado comércio efetuado na região por intermédio do entreposto de Cachoeirinha.

Além do transbordo das mercadorias, que poderiam seguir viagem pelas vias

¹² Conforme Geraldo Vieira dos Santos, as prostitutas que não residiam no bordel, abrigavam-se em construções bastante toscas, por ele denominadas “casebres ou barracos”, neste trecho final da rua.

fluvial ou terrestre, transações comerciais eram realizadas no mercado público, e o fluxo contínuo de tropeiros, comerciantes e canoeiros fazia com que fosse um local de ritmo intenso. A proximidade entre este estabelecimento, a hospedaria e a área de prostituição autoriza caracterizar este espaço como zona de marginalidade social, suscetível à maior presença de agentes externos e, conseqüentemente, menos comprometidos com as normas sociais do povoado.

O fato de se tratar de uma comunidade circunscrita a um espaço exíguo fazia com que os espaços sociais se avizinhassem, adensando-se, o que ao tempo em que poderia favorecer a diminuição das situações de estranhamento entre os agentes sociais, não implicava, necessariamente, em um convívio harmônico ou irrestrito. Assim, Dona Geraldina – senhora humilde, mãe de Nolai Olho de Boi, que fazia refeições vendidas em sua casa – era vizinha do mercado público e, conseqüentemente, do prostíbulo. João Lamarca, comerciante de prestígio, residia no mesmo prédio de seu estabelecimento comercial, a poucos metros da Visgueira, assim como Olínto Soares Esteves, o Paché – filho de Carrão e Joana, proprietário de várias fazendas na região, entre elas Massaranduba – e Antônio Delmiro, patriarca de uma família tradicional de Cachoeirinha.

Não muito distante estava o prédio que abrigava, no térreo, o posto policial e no primeiro andar a escola pública, que numa mesma sala, fazia a alfabetização de jovens e adultos. Próximo a esta construção ficava a ampla residência e estabelecimentos comerciais de Otávio Miranda, comerciante e proprietário de inúmeras posses, dentro e fora do povoado, casado com uma das filhas de Carrão. Segundo alguns depoentes, Otávio Miranda, que exercera o domínio comercial da localidade, em suas décadas finais de existência, era o único a dispor de energia elétrica em Cachoeirinha, motivo pelo qual possuía uma casa

destinada a abrigar um motor próximo ao seu famoso estabelecimento comercial, Casa “O Combate”.

Esta breve caracterização espacial de um trecho do povoado nos permite entender aspectos do universo social no qual as prostitutas da Visgueira se relacionavam. Embora não tenhamos dados sobre a relação cotidiana estabelecida entre as meretrizes e a comunidade de Cachoeirinha, ao longo do século XIX, o fato é que, no decorrer do XX, aparentemente prevalecia uma espécie de relação de compromisso entre as partes. Os depoimentos são unânimes quanto à valentia também das “senhoras de respeito” dos povoados que, caso as prostitutas não se comportassem de forma minimamente acatada, eram capazes de contratar “camaradas” para afugentá-las da região ou mesmo matá-las.

Dentre os relatos de provocações mútuas ocorridas entre as senhoras casadas e aquelas que mantinham relacionamentos com os maridos das primeiras, um chama a atenção por envolver a ceramista Maria Vermelha e Hermetério Cordeiro Mendes, o Tubinga. Dona Aurélia, professora já referida e esposa de Tubinga, incomodava-se com o fato de seu marido, “muito namorador”, manter relações com a ceramista que morava em frente à fazenda Bolandeira, residência do casal, próxima à Cachoeirinha. Em época de enchente do rio, Maria Vermelha costumava cantarolar, à margem oposta, o desprazer de não poder se encontrar com o amante, tornando perfeitamente audível à Dona Aurélia o seu lamento e provocação: “Tra-la-la-la-lá ... o rio tá cheio e eu não posso ir lá ... Tra-la-la-la-lá... meu bem tá preso do lado de lá”. Molestada com a afronta, Dona Aurélia resolveu solucionar o problema de forma direta e definitiva: chamou um “camarada” da fazenda para dar um tiro em Maria Vermelha. Embora a rival tenha sobrevivido, o chumbo se alojou em seu corpo, comprometendo, parcialmente, a sua locomoção pelo resto da vida.

Como se depreende desse relato, nem só de homens valentões se constituía o cotidiano dessas comunidades, já que muitas mulheres sabiam muito bem como agir em face de situações que comprometessem as suas noções de bem-estar e moralidade, não ameaçando, contudo, a relação conjugal estabelecida. Esta postura, por sua vez, pode ter contribuído para minimizar eventuais situações de afronta entre as prostitutas e a comunidade, representada essa, principalmente, pelas esposas contrariadas, pois foram recorrentes os depoimentos alusivos à paz reinante, considerando-se que “as prostitutas sabiam ficar em seu lugar”, segundo depoimentos dos entrevistados.

Apesar da contigüidade entre a Visgueira e o centro comercial e residencial de Cachoeirinha, prevalecia uma barreira invisível, um domínio paralelo, que fazia com que a prostituição fosse admitida e incorporada à cotidianidade sem muitos problemas. Muito provavelmente, tal comportamento se devia ao consenso tácito, entre homens e mulheres, de que a monogamia era um valor passível de ser observado, e principalmente praticado, apenas pelo gênero feminino. Assim como as “mulheres direitas” não passavam na Visgueira e não freqüentavam a Lapinha no mesmo horário das prostitutas, estas, por sua vez, não se vestiam com roupas provocantes, raramente apareciam nos lugares públicos (faziam compras em períodos menos movimentados, poucas freqüentavam festas, etc.), mantinham suas casas fechadas durante o dia e se dedicavam a outras atividades para complementar a renda: algumas eram ceramistas, colhedoras de cacau, lavadoras de ganho e torradeiras de café, entre outras atividades. Apenas não desempenhavam atividades produtivas as “de cabeceiras”, sustentadas por um protetor. Já as denominadas “encubadas”, por sua vez, na medida em que, como o designativo sugere, não eram publicamente reconhecidas como prostitutas e costumavam freqüentar festas, inclusive as “familiares”.

O gênero feminino, contudo, transigia, em certos casos, o que parece querer dizer que a monogamia, também aí, não constituía um valor absoluto. Há referências a mulheres casadas que não se furtavam a manter relacionamentos extraconjugais, como era o caso de Dona Zizi, que apesar de casada inicialmente com Manoel Félix e depois com João Roberto, foi amante de Otávio Miranda por muitos anos, com quem chegou a ter um filho, Zequinha Capenga.

Otávio, a propósito, era reconhecido por ser dado a aventuras amorosas, prevalecendo-se de sua autoridade como líder da comunidade para se envolver com as belas mulheres que apareciam em Cachoeirinha, mesmo que comprometidas. Certa vez, João Roberto pediu auxílio a um amigo matador chamado Zé Cunista, muito valente e que morava em Minas, para atirar em Otávio que, invariavelmente, dormia com sua esposa. João Roberto e Zizi moravam em uma casa grande, próxima à Visgueira, e era costume de Otávio passar pelos quintais das casas vizinhas e pular a janela da casa de Zizi, quando o seu esposo se ausentava. João Roberto e Zé Cunista montaram tocaia, em determinada noite, aguardando a passagem de Otávio, cujo corpo estava parcialmente encoberto por um capote preto. No momento em que o matador iria atirar, o próprio João o impediu, dizendo: “Compadre, não mata não, aquele é um bode preto”. A tibieza de João, acusada pelo próprio amigo, deixa clara a subserviência mediante a qual se estabeleciam as relações entre as pessoas mais humildes e os detentores do poder local, mesmo em situações nas quais se considerava que a honra pessoal fora afrontada.

Vale, ainda, observar que o domínio paralelo constituído pela prostituição, em Cachoeirinha, ao mesmo tempo velada e incorporada ao dia a dia, não decorria apenas do comportamento relativamente recatado das meretrizes, mas, também, das táticas acionadas pelos homens

para evitar constrangimentos e conflitos abertos com suas esposas e famílias.

Muitos dos frequentadores da Visgueira não residiam no povoado, mas em fazendas e roças vizinhas, o que propiciava uma maior liberdade de ação, na medida em que as famílias não compartilhavam, diretamente, daquele cotidiano. Era prática comum, por parte dos chefes de famílias locais, lançar mão do pretexto da pescaria noturna, à guisa de justificativa para suas ausências. Poucos teriam sido aqueles a não se utilizar do ardil, mediante o qual se desvinculavam dos compromissos matrimoniais e familiares e entregavam-se aos prazeres extraconjugais. Todavia, mesmo o acesso ao prostíbulo era feito com muito cuidado: meio furtivamente, ao longo da margem do rio, aguardava-se o momento em que não havia observadores, para se introduzir no local. Clemente Soares Esteves, o Quelé, por exemplo, utilizava-se do recurso de acordar mais cedo e se dirigir à casa de sua amante Izidora, ainda quando o povoado adormecia, mas, em troca, arriscava-se a ser flagrado, pelos amigos, tomando café em sua companhia. A rede de apoio mútuo masculina não deve ser negligenciada como o principal artifício de garantia para o sucesso dessas práticas, e, simultaneamente, como canal de valorização.

Maria Cuia foi uma das mais importantes personagens desse contexto. Era a proprietária do bordel e durante muitos anos foi amante de Manoel Félix, o mesmo que fora casado com Zizi. Atuava como uma espécie de cafetina, abrigoando moças que se deslocavam para o povoado, seja por iniciativa própria ou trazida por um dos moradores. Além do prostíbulo de Maria Cuia, a pensão de Maria Gavião também se prestava a encontros entre prostitutas e seus clientes, sendo a própria dona uma das muitas mulheres que se dedicavam a esta atividade. A pensão ou hospedaria, entretanto, também se destinava a abrigar viajantes e foi destruída por um deslizamento de pedras da Serra de São Bruno.

Sua localização, na Visgueira, próxima à casa de Neguinha, outra prostituta famosa na região, facilitava a utilização como casa de encontros.

A Visgueira abrigava, ainda, Geraldinha de Lolai e a Velha Flora, esta última responsável pela iniciação sexual dos jovens da região, nas décadas de 30 a 50 do século XX. Já muito doente e próxima da morte, Flora pediu a Edmundo Esteves para cuidar de Zé, seu filho e de Lolô Passador (passador de canoa). Após seu falecimento, seu desejo foi acatado.

O rio, os povoados e os comportamentos sociais

Embora estejamos enfocando, primordialmente, a atuação feminina nestes espaços, é interessante elaborar uma síntese com outros ingredientes relacionais que permita ao leitor compreender como o Jequitinhonha pode ser analisado, literalmente, como um divisor de águas no que se refere aos comportamentos e ordenamentos sociais.

De um lado do rio, em Cachoeirinha, imperavam as relações políticas e econômicas, em geral conflituosas, preponderantemente protagonizadas pelos homens. Ali tinha lugar um fluxo intenso de pessoas e as questões de moralidade social tropeçavam na promiscuidade da Visgueira. Promiscuidade que, em tempos mais remotos era, invariavelmente, acompanhada de sinais de violência, inclusive contra mulheres, alimentada pelo álcool e por intrincada rede de significados, haja vista a tentativa de assassinato de Salviana Pinto da Rocha, em 1874. Promiscuidade que, embora mais ou menos velada, não se restringia a um espaço específico, mas interpenetrava, dinamicamente, a esfera social, gerando desconforto e desarmonia para algumas famílias locais e mudança de status para outros indivíduos, a exemplo do que ocorreu com a ruptura do casamento do comerciante Otávio Miranda: segundo al-

guns informantes, o deslocamento da esposa e filhos para Pedra Branca, em meados do século XX, teria sido estimulado pelo seu relacionamento com outra mulher, com quem se uniu após a saída da família.

Do outro lado, em Massaranduba, o poder estava em mãos de uma mesma família, Esteves, que parecia operar um controle social mais eficaz, para o que deveria concorrer a presença do valente ex-delegado Oscar Pereira e dos descendentes de Carrão e Joana Esteves. Este espaço pode ter sido mais atraente para aquelas mulheres que, sozinhas ou como líderes de suas famílias, na ausência dos cônjuges, necessitavam, aparentemente, maior segurança e estabilidade para dar continuidade às suas vidas, a exemplo das esposas dos lavradores que passavam a maior parte do tempo envolvidos nas roças, e da professora Iraildes, que apesar de designada para lecionar na escola de Cachoeirinha, pediu para morar em Massaranduba, por ser um povoado mais seguro.

Considerações finais

É impossível, pois, registrar esta história e não referir ao difuso poder feminino ao longo do vale, incluindo, especialmente, as informantes desta pesquisa, como Dona Nini e Lêra (Aurelina Rosa Pereira), cujos depoimentos permitiram tecer essa rede de conhecimentos sobre o cotidiano dessas comunidades. Sem dúvida, inúmeras outras mulheres residiram em Cachoeirinha e seus nomes figuram, indiretamente, em algumas fontes, mas inexistem registros documentais que permitam maiores comentários sobre elas. Como não referir, por exemplo, à determinada esposa do comerciante Belisário Roiz Caldeira, que em 1874 se queixava indignada da força policial que “em lugar de cumprir com seu dever e manter a boa ordem, provocava a discórdia” (Ver nota n. 11); bem como das oleiras; das incansáveis donas de casa que auxilia-

vam no sustento da família produzindo biscoitos, farinha de mandioca, licores, bolos, etc; e, particularmente, das moradoras e trabalhadoras da Visgueira, que encontravam na prostituição uma forma de sobrevivência em uma sociedade patriarcal e violenta.

São exemplos de mulheres que, assim como inúmeras outras em diferentes contextos, enfrentaram o desafio de criar espaços de atuação e reprodução, personagens que teceram o lado do avesso da História (Figueiredo, 1999:201).

O encaminhamento analítico desta pesquisa – imerso em dados provenientes das fontes históricas, arqueológicas e, particularmente, dos depoimentos de pessoas que participaram dos contextos enfocados – foi inspirado na tentativa de apresentar os universos sociais como processos efetivamente vivenciados por agentes concretos e identificáveis. As estruturas sócio-econômicas, os conflitos e as relações interpessoais foram, sempre que possível, contextualizadas, a fim de que os comportamentos fossem desvelados nas suas especificidades e não apreendidos como decorrentes de um padrão cultural inflexível e imposto. Obviamente, a natureza fragmentária dos registros limitou as possibilidades interpretativas, tanto quanto estas foram conduzidas mediante o olhar da pesquisadora.

Os riscos inerentes aos ímpetus interpretativos, por sua vez, foram incorporados como parte do processo de leitura do passado, repleto de incongruências e idiosincrasias intrínsecas a qualquer leitura, não obstante a contribuição das narrativas de vários dos agentes diretamente envolvidos nos contextos examinados. O eixo privilegiado de análise e que, portanto, suscitou o encaminhamento da pesquisa, foi a procura das táticas postas em prática através das ações dos diferentes atores sociais e que reproduziram, transformaram e/ou burlaram os condicionantes estruturais dessas comunidades.

Se o espaço comunitário de Massaranduba for pensado como uma extensão natural de Cachoeirinha, mesmo que tenha sido constituído a partir das intenções de seu proprietário e daqueles que se dispuseram a formar o novo núcleo, o fato é que, estruturalmente, os dois domínios se contrapunham e se complementavam. Na margem sul do rio encontrava-se Cachoeirinha, produto da iniciativa oficial do Estado, por mais atrofiado e ausente que este fosse, e cuja dinâmica social era permeada pela ausência de uma ordenação formal, do que decorria a possibilidade da violência se institucionalizar de forma mais intensa. Na margem norte, por sua vez, Massaranduba poderia ser vista como um refúgio social regido por um outro código de ordenação, balizado pela administração particular dos donos da fazenda. Um local que teria passado por uma interessante dinâmica de transformação: de um domínio inicialmente privado, para um público e, posterior e gradualmente, retornando à condição de privado, o que por si só é demonstrativo do potencial da agência de algumas pessoas na configuração dos espaços físicos e sociais.

As possibilidades de alteração dos modos de conduta convencionados na região, em particular em Cachoeirinha, talvez encontrassem melhor terreno para sua realização nesta outra margem, ensejando discontinuidades na práxis social e mudanças em aspectos estruturais deste modo de vida. Mudanças fomentadas sob a égide das especificidades e regras pertinentes a um espaço constituído como um misto entre o público e o privado. Regras estas que – embora concebidas por Giddens (*apud* Cohen, 1999: 431) como resultantes de regularidades de condutas, propriedades estruturais das coletividades sociais comprometidas com a reprodução da estrutura social – representariam, ao contrário, justamente, a possibilidade de um contexto mais ordenado e socialmente mais atraente em Massaranduba. Teria

correspondido, portanto, a um espaço de arranjos e comportamentos sociais específicos, constituído por novos significados simbólicos e gerado pelas condutas “ordinárias” – no sentido dado por Certeau (2000) – de agentes anônimos que, no processo de reprodução e adequação das estruturas na prática, acabaram por criar “o novo”.

A utilização de conceitos extraídos da Teoria da Agência para a compreensão das dinâmicas sociais nos universos de análise nos permitiu compreender como a agência – qualidade socialmente significativa da ação – pode ser pensada em termos do agir individual ou grupal. Por um lado, o processo de construção de lideranças no vale do Jequitinhonha, simbolizado pela figura dos coronéis, pode induzir a um modelo de relações sociais no qual o poder das lideranças locais era legitimado pela associação a capitais simbólicos, políticos e econômicos concentrados na figura de certos atores. Redes de relações sociais eram estabelecidas e reproduzidas por ações individuais ou coletivas, conscientes ou não conscientes, gerando elos de obrigações subjetivas, como sentimentos de respeito, gratidão e medo, que, por sua vez, potencializavam o capital social desses atores, legitimando situações de domínio.

Não obstante, esta leitura pode ser enriquecida se considerarmos, também, a agência de coletividades sociais, como “um processo cultural através do qual um senso de classe e grupo é construído, negociado e transformado”, contínua e permanentemente (Dobres & Robb, 2000:10-13).

Deparamo-nos, pois, com a dualidade da estrutura e ação, “a estrutura como meio e o resultado da conduta que ela recursivamente organiza” (Giddens, 2003:441). Dualidade que permite pensar a agência de nossos atores não apenas como o exercício intencional do interesse pessoal, mas também como resultante de uma situação socialmente

constituída no âmbito da qual a agência e o poder atuam através dos indivíduos, contribuindo para promover novos arranjos estruturais. A construção dos líderes não decorria exclusivamente dos interesses e esforços individuais, mas era forjada nas alianças inter-grupos e classes, nas relações de compadrio, nas indicações políticas e no exercício da violência, que validavam a apropriação do poder e conferiam reconhecimento público ao "coronel". O mandonismo decorrente deste processo ancorava-se em uma estrutura social gerada e alimentada por um Estado atrofiado e que dele se utilizava como forma de intervir, indiretamente, nos mais recônditos contextos sociais, através das relações de reciprocidade interessadas (Leal, 1997:63-70; Freyre, 2004:324).

Em contrapartida, uma análise centrada sobre os agentes contribui para evitar erros de generalização sobre os efeitos de uma determinada situação sobre um determinado contexto social, permitindo-nos apreender como outras variáveis podem intervir nas ações dos indivíduos imersos no sistema social (Brumfiel, 2000:249-255). Assim, analisar os processos sociais com base nas agências, individuais e coletivas, em Cachoeirinha e Massaranduba, mais do que identificar seus respectivos líderes

políticos, significou, igualmente, refletir sobre a constituição de outros universos relacionais, expressos nas ações cotidianas (com as festas, as relações de vizinhança, os comportamentos jocosos, etc), na ocupação de uma área de fronteira (atrelada à violência) e nos universos femininos (permeados pela presença de chefes-de-família lavradoras, domésticas, ceramistas, prostitutas, entre tantas outras), objeto específico desta análise. Implicou, ainda, em adicionar novas nuances e variáveis à compreensão de processos sociais que ultrapassam as questões de poder, reforçando a importância das particularidades dos contextos de análise. Além de facilitar a identificação da reprodução de estruturas sociais, esse procedimento permite-nos apreender suas adequações e a criação de novas disposições sociais, principalmente através de agências individualizadas, de pequena escala, rotinizadas e potencialmente transformadoras (Giddens, 2003:XXII; Hodder, 2000:22-24). Nesse sentido, evocar uma Joana Esteves e uma Maria Vermelha, por exemplo, implica em, metonimicamente, compreender o todo mediante suas partes ("a parte vale pelo todo", Mauss, 1974:94), logo, em compreender um pouco "a alma" desse povo.

Referências Bibliográficas

- BOURDIEU, P. 2004. *Coisas Ditas*. São Paulo, Brasiliense.
- _____. 1997. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas, Papirus.
- BRUMFIEL, E.M. 2000. On the archaeology of choice: agency studies as a research stratagem. In: DOBRES, M.A.; ROBB, J.R. (Eds.) 2000. *Agency in Archaeology*. London, Routledge, pp.249-255.
- CERTEAU, M. 2000. *A Invenção do Cotidiano*: 1. Artes de fazer. Petrópolis, Vozes.
- COHEN, I.J. 1999. Teoria da estruturação e práxis social. In: GIDDENS, A.; TURNER, J. (Orgs.) 1999. *Teoria Social Hoje*. São Paulo, EdUNESP, pp.393-446.
- DOBRES, M.A.; ROBB, J.R. 2000. Agency in archaeology. Paradigm or platitude? In: DOBRES, M.A.; ROBB, J.R. (Eds.) 2000. *Agency in Archaeology*. London, Routledge, pp.3-17.
- FIGUEIREDO, L. 1999. *O avesso da memória: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII*. Rio de Janeiro, José Olympio.
- FREYRE, G. 2004. *Casa Grande e Senzala*. São Paulo, Global.

Sousa, A. C.

- GIDDENS, A. 2003. *A Constituição da Sociedade*. São Paulo, Martins Fontes.
- HODDER, I. 2000. Agency and individuals in long-term processes. In: DOBRES, M.; ROBB, J.E. (Eds.) 2000. *Agency in Archaeology*. London, Routledge, pp.21-33.
- LEAL, V.N. 1997. *Coronelismo, enxada e voto*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- LIMA, T.A. 1995. Pratos e mais pratos: louças domésticas, divisões culturais e limites sociais no Rio de Janeiro, século XIX. *Anais do Museu Paulista*, Nova Série, História e Cultura Material, São Paulo, 3:129-191.
- MAUSS, M. 1974. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo, EPU.
- SANTOS, M. 1988. *O espaço geográfico como categoria filosófica: espaço em questão*. São Paulo, Marco Zero.
- SILVA, J.M. 2003. Um ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito de gênero na análise geográfica. *Revista de História Regional*. Ponta Grossa, PR, 8(1):31-45.
- SOUSA, A.C. 1998. *Fábrica de Pólvora e Vila Inhomirim: aspectos de dominação e resistência na paisagem e em espaços domésticos (Séc. XIX)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, Universidade de São Paulo.
- _____. 2005. Arqueologia da Paisagem e a potencialidade interpretativa dos espaços sociais. *Habitus*. Goiânia, EdUCG: IGPA, 3(2):291-300.
- _____. 2006. *Povoados de Cachoeirinha e Massaranduba (Vale do Jequitinhonha, BA): a relação entre espaço, agentes e contexto socioeconômico*. Tese de Doutorado, Salvador, Universidade Federal da Bahia.
- SPENCER-WOOD, S. 1996. Feminist Historical Archaeology and the Transformation of American Culture by Domestic Reform Movements, 1840-1925. In: CUNZO, L.A.; HERMAN, B.L. 1996. *Historical Archaeology and the Study of American Culture*. Delaware, The Henry Francis du Pont Winterthur Museum, Inc., pp.397-437.
- PEREIRA, C.J.C. 1957. *A Cerâmica Popular da Bahia*. Salvador, Livraria Progresso Edit.
- VILLELA, H.O.S. 2003. O mestre-escola e a professora. In: LOPES, E.M.; FARIA FILHO, L.M.; VEIGA, C.G. 2003. *500 Anos de Educação no Brasil*. Belo Horizonte, Autêntica, pp.95-134.
- WIED NEUWIED, M. 1940. *Viagem ao Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- WOBST, H. M. 2000. Agency in (spite of) material culture. In: DOBRES, M.; ROBB, J. E. (Eds.). 2000. *Agency in Archaeology*. London, Routledge, pp.40-50.
- YENTSCH, A. 1991. The symbolic divisions of pottery: sex-related attributes of English and Anglo-American households pots. In: MCGUIRE, R.H.; PAYNTER, R. (Eds.) 1991. *The Archaeology of Inequality*. Oxford, Blackwell, pp.192-230.